

Os processos de edição: do século XIX ao XXI

Entrevista de Giselle Martins Venancio, professora do departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) com Jean Yves Mollier, professor da Universidade de Versailles Saint-Quentin- en-Yvelines.

Giselle Venancio: Gostaria de começar conversando um pouco sobre a sua trajetória acadêmica. Como foi a sua formação e como o senhor chegou a essa temática de estudo sobre a produção editorial e a história dos livros?

Jean Yves Mollier: Eu tinha vinte anos em 1968 e pertencço à geração *Baby Boom* do pós-guerra, que se caracteriza por seu espírito crítico, sua recusa das tradições e sua vontade de trabalhar fora dos “caminhos batidos”. Depois dos estudos superiores em *khâgne* (sistema específico da França que combina literatura, filosofia, história, latim, grego e línguas), preparei sucessivamente três licenciaturas (filosofia, literatura francesa e história) e em seguida obtive dois doutorados, o primeiro em literatura francesa (Universidade de Paris 3, 1978), o segundo em história (Universidade de Paris 1, 1986). Foi cruzando essa dupla abordagem das letras e da história que passei a me interessar por um objeto então pouco trabalhado, a história do livro, da edição e da leitura. Foi nessa tripla perspectiva que pretendi orientar os meus trabalhos. Antes de mim, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin haviam sublinhado, já em 1958 (*L'Apparition du livre*), a necessidade de tratar o livro como uma “mercadoria” e como um “fermento”. Mais tarde, Henri-Jean Martin e Roger Chartier lançaram o projeto de uma grande *Histoire de l'édition française*, em quatro volumes (1982-1986), mas ambos eram especialistas do período moderno (séculos XVI-XVIII) e nenhum deles havia trabalhado sobre o período contemporâneo (séculos XIX e XX). Minha originalidade consistiu em demarcar o nascimento da “edição moderna” na Europa (Inglaterra, França e Alemanha, sobretudo) entre 1780 e 1830, ou seja, independentemente da revolução política e até mesmo da Revolução Industrial. É a transformação da lógica interna no mercado do livro que opera uma mutação no interior do que se denominava “Livraria”, a cadeia das profissões ligadas ao livro (fabricação do papel, impressão, livraria). Enquanto a demanda social caracterizava essas profissões muito enquadradas pelo poder político, doravante é a oferta que vai levar os novos editores a imaginar produtos adaptados aos novos leitores, em especial, às mulheres e à população das cidades possuidoras de rendas suficientes. Graças à baixa constante do preço do livro – na França, passa-se de quinze francos a um franco entre 1837 e 1855 por um romance de novidade –, ao sistema da biblioteca circulante (*Circulating Library* em inglês, *Leih Bibliothek* em alemão) e à republicação na imprensa (o sistema do “folhetim”), o número de leitores de romances explode literalmente e a edição se torna uma profissão central na cadeia das profissões ligadas ao livro. Balzac a pôs em cena, em *Ilusões Perdidas*, por meio da personagem Dauriat, a imprensa lhe fez eco e o editor se tornou, nas palavras de Balzac, o “sultão da livraria”, a chave de abóbada do sistema. Depois de lecionar durante quinze anos no ensino secundário, ingressei na Universidade de Nanterre em 1988, como Mestre de Conferências, em

seguida fui nomeado professor de história contemporânea na Universidade de Versalhes Saint-Quentin-en-Yvelines em 1992 e nesse mesmo ano criei, com Pascal Ory, o Centro de História Cultural das Sociedades Contemporâneas, o primeiro laboratório francês especializado em história cultural, totalmente interdisciplinar, aberto a várias disciplinas e que logo se tornou um lugar de formação para numerosos universitários estrangeiros, especialmente brasileiros, que trabalham sobre problemáticas similares.

Giselle Venancio: O senhor tem uma produção extensa sobre os editores franceses do século XIX. Poderia nos falar um pouco sobre as principais conclusões dessas suas pesquisas e sobre as razões do senhor considerar o século XIX como o século dos editores?

JYM: Como acabo de dizer, foi o nascimento da edição como sistema central da mediação cultural do fim do século XVIII e começo do XIX que me levou a redigir algumas monografias dedicadas aos editores franceses do século XIX (*Michel et Calman Lévy ou La naissance de l'édition moderne. 1836-1891*, em 1984, *Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*, em 1999, ou ainda *Pierre Larousse et sontemps*, em 1995. Esses editores (no sentido de *publishers* ou de *Verlegers*) são contemporâneos dos McMillan, Murray ou Routledge britânicos, dos Bâdecker, Brockhaus ou Reclam alemães, e todos constroem, em uma geração, poderosos impérios do livro que vão dominar o mundo das letras do seu país e interferir largamente na educação, na imprensa e no nascimento das indústrias culturais. Pense que em 1912 o alemão Reclam instala, nas estações ferroviárias e nos lugares dos distribuidores automáticos de livros e que ele vende um milhão de volumes no primeiro ano. Em Paris, no mesmo momento, os editores fazem tiragens de cinquenta mil ou cem mil exemplares das coleções destinadas ao público popular, o que é a prova mais evidente da entrada em um regime de cultura de massa que não esperou nem o cinema, nem a televisão, nem o século XX para aparecer, não importa o que tenham dito e escrito os sociólogos dos anos 1960, obnubilados pela chegada da televisão a todos os lares. Além desse primeiro resultado das minhas pesquisas, do nascimento e desenvolvimento de uma cultura de massa por volta de 1880-1900, mostrei a importância do dinheiro nas letras, o que motivou a escrita de minha primeira grande síntese (*L'Argent et les lettres. Histoire Du capitalisme d'édition* (1988), atualizada para a edição brasileira em 2008, seguida, vinte anos depois, da segunda (*Edition, presse et pouvoiren France au XX^e siècle* (1988), em via de tradução no Brasil e a ser publicada pela FAP/Unifesp no fim de 2014. A existência de um capitalismo específico do mundo da edição é a consequência da simbólica tomada do poder pelos editores no início do século XIX. A “sagração dos escritores”, esse magistério laico surgido com as Luzes e o romantismo, não tardou a eclipsar o reinado dos editores, “novos barões do feudalismo industrial”, como escreve um observador em 1835, e potentados incontestes do mundo das letras tanto no século XIX quanto no XX. Todavia, como as casas editoras do século XIX ainda conservavam o traço e a marca do homem que as fundaram, enquanto no século seguinte elas se converteram em enormes empresas – a Hachette tem um volume de

negócios de mais de dois bilhões de dólares em 2013, a Gallimard de seiscentos milhões de dólares –, fui levado a caracterizar o século XIX como “o século dos editores” e o XX como o das “empresas editoras”. O XXI assiste à chegada de novos atores, como a Amazon e o Google, que anunciam talvez o fim dos editores, mas isso é outra história.

Giselle Venancio: Em seu trabalho, o senhor busca frequentemente investigar a história do livro não apenas em sua dimensão cultural, mas também política e econômica. Quais são, em sua opinião, as contribuições, para o trabalho do historiador, de se pensar a circulação dos objetos impressos nessa tripla dimensão: cultural, política e econômica?

JYM: Como eu disse na introdução, sempre considerei que uma abordagem demasiado especializada, demasiado estreita do meu objeto de pesquisa corria o risco de passar ao largo do essencial, a saber, o caráter ambíguo do livro. Ao mesmo tempo mercadoria e, nesse aspecto, pertencente ao domínio da economia, por causa de sua fabricação, distribuição e difusão, o livro é também um fermento cultural, um ensaio como *L’Affaire Calas* de Voltaire ou *La Question* de Henri Alleg, dois séculos depois, podendo agitar a opinião e fazer tremer os poderes instituídos ao denunciar o uso da tortura. Na América do Sul, *As Veias Abertas da América Latina*, *Os Filhos de Sanchez* e *Pela Libertação do Brasil* abalaram muitas consciências que, num outro registro, os romances de Jorge Amado ou os de Gabriel García Márquez haviam sensibilizado para os problemas sociais e políticos do século XX. Isso contribui para exigir do pesquisador que leve em conta ao mesmo tempo as dimensões culturais de seu objeto, mas de nunca negligenciar as suas dimensões políticas e econômicas. Gustavo Sora mostrou assim que o afastamento de Daniel Orfila da direção da Fondo de Cultura Económica do México fora orquestrado pela CIA americana, não porque o grande intelectual argentino tenha tido a audácia de fazer traduzir para o espanhol um ensaio etnológico que, nos Estados Unidos, não provocara nenhum debate, mas porque ele desenvolvera um programa de tradução de autores marxistas que desagradava ao serviço de inteligência americano. O pesquisador que tenta reconstituir a história dessa grande editora latino-americana, o FCE, não pode, portanto, eliminar o aspecto político, ultrassensível, do seu objeto. De igual modo, quem quer que trabalhe sobre a tradução para o espanhol e o português dos economistas liberais americanos não pode se esquecer de interrogar as motivações das grandes fundações norte-americanas, Carnegie, Rockefeller ou outras que financiam campanhas de traduções que nada têm a ver, compreende-se, com uma vontade qualquer de alfabetização das populações dos países onde ocorrem esses financiamentos. Poder-se-ia fazer a mesma constatação com as políticas editoriais da ex-União Soviética ou da China maoísta, ou mesmo com as missões de propaganda das Igrejas – católicas, evangélicas ou, hoje, islâmicas –, cujo caráter propagandista evidente interfere no conteúdo dos livros.

Giselle Venancio: O senhor possui vários livros traduzidos e publicados no Brasil e mantém uma interlocução frequente com historiadores brasileiros.

Como avalia a produção brasileira? O senhor considera que a produção de autores brasileiros tem contribuído para as pesquisas na área da história do livro, da leitura e da circulação de objetos impressos? Quais seriam, em sua opinião, as contribuições mais importantes dos autores brasileiros?

JYM: Tive, com efeito, a sorte de ter vários livros traduzidos para o português – *A Leitura e seu Público no Mundo Contemporâneo* (Autêntica, 2008), *O Camelô. Figura Emblemática da Comunicação* (Edusp, 2009) e *O Dinheiro e as Letras. História do Capitalismo Editorial* (Edusp, 2010), e ainda outro a ser publicado no final de 2014 (*Edition, presse et pouvoir en France au XX^e siècle*), assim como vários artigos e comunicações feitas nas universidades brasileiras nos últimos vinte anos. Por isso, conheço bem os pesquisadores brasileiros e as equipes que trabalham sobre assuntos ligados às minhas preocupações. Em São Paulo eu colaboro há muito tempo com Gabriela Pellegrino, Plínio Martins Filho, Marisa Midori, Sandra Vasconcelos, Nelson Schapochnik, todos da USP, e ainda com Jerusa Ferreira, da PUC. Em Campinas é com Marcia Abreu e suas colegas Marisa Lajolo e Orna Messer Levin, com quem tecemos laços muito fortes porque animamos, juntos, o programa internacional sobre a circulação transatlântica dos objetos impressos do século XIX. Na UFMG, Eliana Dutra e seus colegas, em especial Luiz Carlos Villalta, organizaram diversos colóquios internacionais sobre esses assuntos e trabalhamos juntos há muito tempo. No Rio de Janeiro é com a UFF, notadamente com Aníbal Bragança e, depois, Giselle Venancio e José Ferrão, de cujos seminários sobre o livro realizados em 2004 e 2008 fui levado a participar, além de haver pronunciado algumas conferências seja na UFF, seja na Casa de Rui Barbosa, seja na Biblioteca Nacional. Na UERJ teci igualmente colaborações com Lucia Bastos ou Tânia Bessone, e ainda, na UFRJ, com Celina Mello e Pedro Paulo Catharina. Poderia citar outros colegas que se tornaram amigos, como Andrea Borges Leão no Ceará, Valeria Augusti em Belém do Pará ou Lucia Granja, na UNESP, com quem estamos trabalhando sobre as livrarias Garnier de Paris e do Rio de Janeiro. Muitos deles passaram temporadas de vários meses ou de um ano na minha universidade e nos encontramos quer na França, quer no Brasil, quer na Argentina, quer nos Estados Unidos ou mesmo na Austrália ou na China para congressos organizados sob a égide da Sharp ou nos congressos do CISH, que reúne, de cinco em cinco anos, os historiadores do mundo inteiro. Quer sejam historiadores, literatos, sociólogos ou especialistas de outras disciplinas, como comunicações, todos compartilham a mesma visão da história cultural concebida como uma abordagem singular do livro, da edição e da leitura que lançam luz sobre as práticas e os usos do objeto impresso. Como vocês bem entenderam, graças à evocação das minhas colaborações com pesquisadores brasileiros, considero que a sua produção é indispensável, e vários deles obtiveram prêmios ou reconhecimentos internacionais que fazem honra a pesquisa.

Giselle Venancio: Como o senhor vê as mudanças no mundo editorial a partir da produção digital?

JYM: O livro eletrônico – *ebook*– surgiu em 2000 e depois, após uma tentativa abortada de arrancada, retomou o seu impulso em 2006 graças ao controle da tinta eletrônica e à venda em *tablets* e outras telas cada vez mais adaptadas à leitura. Nos Estados Unidos, em julho de 2012, a compra de romances em arquivos eletrônicos ultrapassou a de volumes impressos em papel. Três dos nomes mais importantes da edição mundial realizam mais de 65% do seu total de negócios com a comercialização de revistas ou de livros ditos “desmaterializados”. Isto significa que se esboça uma evolução nítida e que um movimento irreversível está em via de fazer passar a leitura de um suporte – o códice bimilenar – a outro – a tela plana, sejam quais forem as suas variantes. Isso não deve assustar os observadores, porque o princípio da leitura não foi questionado e constata-se mesmo que ela progride se levarmos em conta a leitura em *ipad*, *iphone* e outras telas de celulares. Trata-se, evidentemente, de uma leitura mais fragmentada, menos densa, mas não há razão para temer uma regressão intelectual, como imaginavam alguns espíritos saudosistas. Afinal, a humanidade leu em vários tipos de suporte – a pedra, a madeira, as tábulas de argila. Seguiram-se os rolos antigos, antes de se passar ao códice, e um dia a própria tela será ultrapassada por um suporte do qual ainda não temos a menor ideia. Do ponto de vista do mercado da edição, as perturbações são numerosas e as consequências, em parte, imprevisíveis. A guerra lançada pela Amazon contra o Hachette Book Group este ano nos Estados Unidos é reveladora das tensões de um mercado do livro dominado pelos grandes editores, por conglomerados chamados Pearson, Hachette, Bertelsmann, Reed Elsevier ou Wolters Kluwer, que de repente se viram transtornados pela chegada de um motor de pesquisa, o Google, e de um atacadista, a Amazon, que têm a tentação de substituir os atores antigos. Sem dúvida haverá perdedores e talvez mortos nessa guerra, e já se assistiu à regressão das grandes cadeias de livrarias americanas e inglesas, que não resistem à concorrência da venda *online*. Esses exemplos mostram a rapidez das evoluções, o aparecimento e o desaparecimento quase tão rápido de novos atores, o que torna difícil fazer uma avaliação nesse domínio. Os editores temem desaparecer, mas só o futuro dirá se os seus temores têm fundamento ou se, após algumas batalhas ganhas e depois perdidas, a Amazon e o Google entrarão na fila e se recenrarão na sua área de atuação.